

**JOSÉ AUGUSTO BITENCOURT MACHADO FILHO**  
**GUILHERME ENRIQUE MALOSSO QUINTANA**  
**GUSTAVO GONZALEZ RAMOS**  
**LUIS FELIPE FERREIRA BAQUEDANO**  
**DANIEL MENDES BIOZA**  
**PEDRO TEIXEIRA MENDES PARIZOTTO**  
*Organização*

# **ARBITRAGEM E PROCESSO**


**HOMENAGEM AO PROF. CARLOS ALBERTO CARMONA**

**VOLUME I**

DEDICATÓRIA: ROSANE MARQUES ROSADO CARMONA E LUNA MARQUES ROSADO CARMONA

PREFÁCIO: CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

ADRIANA NOEMI PUCCI	FERNANDA TARTUCE
ALINE DIAS	FERNANDO FIGUEIREDO PONZINI
AMANDA FEDERICO LOPES FERNANDES	FERNANDO FREIRE LULA DE SOUZA
ANA CÂNDIDA MENEZES MARCATO	FLÁVIA BITTAR NEVES
ANA OLÍVIA ANTUNES HADDAD	FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH
ANA TEREZA BASÍLIO	FRANCISCO R. ANTUNES MACIEL MÜSSNICH
ANDERSON SCHREIBER	GILBERTO GIUSTI
ANDRÉ DE A. CAVALCANTI ABBUD	GIULIA DIAS SOBROSA MENESCAL ROCHA
ANDRÉ TUNES DO NASCIMENTO	GREGORY TERRY UBILLÛS
ANTONIO ALBERTO RONDINA CÛRY	GUILHERME ENRIQUE MALOSSO QUINTANA
ANTONIO CARLOS MARCATO	GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
ARNOLDO WALD	GUSTAVO GASPAR NOGUEIRA
BRYAN LONGO	GUSTAVO SANTOS KULESZA
CAIO CAMPELLO DE MENEZES	HEITOR VITOR MENDONÇA SICA
CARLOS ARI SUNDFELD	HERMES MARCELO HUCK
CARLOS EDUARDO STEFEN ELIAS	JOSÉ A. BITENCOURT MACHADO FILHO
CAROLINA CAVALCANTE ASSUMPÇÃO	JOSÉ F. DE MENDONÇA GOMES NETO
CLARISSE FRECHIANI LARA LEITE	LUCIANO DE SOUZA GODOY
CRISTIANO DE SOUSA ZANETTI	LUIS SIROTA
CRISTINA SAIZ JABARDO	LUÍZA ROMANÓ PEDROSO
CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO	MARCOS DE CAMPOS SALGADO
DANIELLE FARAH ZIADE	NAPOLEÃO CASADO FILHO
DENIS GIAMONDO GIERSE	RICCARDO GIULIANO FIGUEIRA TORRE
EDUARDO DE ALBUQUERQUE PARENTE	RODRIGO MUNIZ DINIZ
EDUARDO SILVA ROMERO	THABATA SILVA RODRIGUES
FABIANE VERÇOSA	THIAGO DIAS DELFINO CABRAL
FELIPE SCRIPES WLADECK	VITOR VIEIRA
FERNANDA NEMR	YASSER GABRIEL

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, verão de 2022  
editoraquartier@uol.com.br  
 @editoraquartierlatin

**JOSÉ AUGUSTO BITENCOURT MACHADO FILHO, GUILHERME ENRIQUE MALOSSO QUINTANA, GUSTAVO GONZALEZ RAMOS, LUIS FELIPE FERREIRA BAQUEDANO, DANIEL MENDES BIOZA, PEDRO TEIXEIRA MENDES PARIZOTTO (ORG.)**

*Arbitragem e Processo*

*Homenagem ao Prof. Carlos Alberto Carmona – Volume I*

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-154-3

1. Processo Civil. 2. Arbitragem. I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Victor Guimarães

*Finalização*

Anderson dos Santos Pinto

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Rafael Nicolau

1227760

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone/*Whatsapp*: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

Instagram: @editoraquartierlatin

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

**Dedicatória por Rosane Marques Rosado Carmona e  
Luna Marques Rosado Carmona, 19**  
**Prefácio por Cândido Rangel Dinamarco, 21**  
**Apresentação, 23**

**I. Honorários de Sucumbência na  
Arbitragem: Afinal, para que Servem?, 25**

*André de Albuquerque Cavalcanti Abbud*

1. Introdução .....	25
2. O método e o modelo .....	27
2.1. Arbitrar ou não arbitrar? .....	28
2.2. Acordo ou sentença? .....	36
2.3. O papel do advogado .....	41
3. Uma âncora para a ancoragem .....	43
4. Conclusão .....	45

**II. A Arbitragem de Equidade, 47**

*Adriana Noemi Pucci*

1. Introdução .....	47
2. Arbitragem de direito e arbitragem de equidade .....	48
2.1. Duas espécies do mesmo gênero .....	48
2.2. Arbitragem <i>de direito</i> .....	50
2.3. Arbitragem <i>de equidade</i> .....	51
3. O conceito “Equidade” .....	54
4. O controle judicial da arbitragem .....	56
5. Anulação parcial da sentença arbitral no caso LRM x VYTTRA .....	58
5.1. O Acórdão e seus fundamentos .....	58
5.2. O Acórdão e a Lei de Arbitragem .....	59
6. Referências bibliográficas .....	62

**III. Medidas de Celeridade Dentro do Sistema Arbitral: Breves  
Notas sobre o Uso do Árbitro de Emergência e da Arbitragem  
Expedita no Brasil, 63**

*Aline Dias e Fernanda Nemr*

1. Introdução .....	63
2. Árbitro de Emergência .....	64

3. Arbitragem Expedita .....	69
4. Conclusão .....	78

#### **IV. Efetividade dos Meios Consensuais e Adjudicatórios de Resolução de Conflitos: Os Limites da Tutela Jurisdicional, 79**

*Amanda Frederico Lopes Fernandes*

1. Os meios de resolução de conflitos e os impactos causados pela pandemia do “Sars-CoV-2” .....	79
2. Uma nova fase de incentivo aos meios consensuais: mecanismos efetivos e propícios para lidar com situações de crise .....	82
3. Os limites da tutela jurisdicional: acesso à justiça qualificado pelo requisito de admissibilidade do processo .....	86
3.1. Em especial: os negócios jurídicos processuais .....	89
3.2. Os tribunais estatais e arbitrais responsáveis pela efetividade dos meios consensuais .....	91
4. Conclusões .....	93

#### **V. A Estabilização da Tutela e o Processo Arbitral, 95**

*Ana Tereza Basílio e Marcos de Campos Salgado*

1. Introdução .....	95
2. A disciplina das medidas coercitivas e cautelares na redação original da Lei nº 9.307/1996 (art. 22, § 4º), à luz do CPC/73 .....	97
3. A reforma instituída pela Lei nº 13.129/2015 (Inclusão dos arts. 22-A e 22-B na Lei nº 9.307/1996) .....	101
4. O CPC/15 e a sistemática das tutelas provisórias sob a ótica do demandante .....	103
5. A estabilização da tutela pela inércia do demandado (CPC/15, art. 304).....	105
6. A incompatibilidade do instituto da estabilização da tutela em sede de litígio submetido à arbitragem .....	106
7. Conclusão .....	109
8. Bibliografia .....	110

## **VI. Escolha de Árbitros(as) como Critério de Adequação e Eficiência da Arbitragem, 111**

*Ana Cândida Menezes Marcato e Fernanda Tartuce*

1. Relevância do Tema .....	111
2. Adequação e eficiência da arbitragem .....	114
3. Escolha do árbitro e autonomia .....	117
4. Critérios principais para a escolha de árbitros(as) .....	119
4.1. Confiança .....	119
4.2. Capacidade técnica .....	120
4.3. Disponibilidade.....	122
4.4. Imparcialidade e independência.....	123
5. Conclusão .....	125
Referências bibliográficas .....	125

## **VII. Desafios da Arbitragem com a Administração Pública, 127**

*Anderson Schreiber*

1. Uma palavra sobre o homenageado.....	127
2. Arbitragem e Administração Pública.....	127
3. Modo de atendimento ao princípio da publicidade em relação a informações e audiência.....	128
4. Escolha de câmaras arbitrais pela Administração Pública e modelo de credenciamento .....	134
5. Escolha dos árbitros pelo agente público e respectiva fundamentação.....	139
6. Aparelhamento dos órgãos de advocacia pública .....	141
7. Conclusão .....	143

## **VIII. Revisitando a Metrópole: Ação Coletiva e as Fronteiras do Direito Processual, 145**

*André Tunes do Nascimento*

I. Ação coletiva: definição e regramento .....	147
II. Ação Coletiva Transnacional: novos contextos.....	150
III. Ação coletiva transnacional e “limites” da jurisdição nacional .....	155
IV. Conclusão .....	160

## **IX. A Submissão de Entes da Administração Pública a Convenções de Arbitragem Inseridas em Estatuto Social: Notas à Decisão do STJ no Conflito de Competência nº 151.130/SP, 163**

*Antonio Alberto Rondina Cury e Rodrigo Muniz Diniz*

1. Introdução .....	163
2. Premissas de arbitrabilidade .....	164
2.1. A arbitrabilidade de disputas envolvendo a Administração Pública .....	164
2.2. Cláusula compromissória estatutária .....	167
2.3. Compatibilidade entre os regimes de arbitrabilidade anteriores.....	170
3. A decisão no Conflito de Competência nº 151.130/SP .....	172
3.1. O caso analisado .....	172
3.2. Ausência de lei autorizativa ou estatutária: a arbitrabilidade subjetiva....	173
3.3. Conteúdo do pleito indenizatório: arbitrabilidade objetiva.....	176
4. Considerações finais.....	179

## **X. O Dever de Revelação como Requisito da Imparcialidade do Árbitro, 181**

*Antonio Carlos Marcato*

I. A título de introdução .....	181
II. Considerações sobre a imparcialidade do juiz .....	183
III. O dever de revelação como garantia assecuratória da imparcialidade e independência do árbitro .....	186
IV. A título de encerramento: o dever de revelação sob a ótica do Superior Tribunal de Justiça .....	191

## **XI. O Século XXI e o Acesso à Arbitragem, 193**

*Arnoldo Wald e Riccardo Giuliano Figueira Torre*

I. A evolução do Processo Arbitral .....	194
II. A arbitragem e os novos meios para reduzir a desigualdade entre demandantes e demandadas .....	198
III. A vontade das partes e a sua incidência na arbitragem Coletiva.....	205

## **XII. Considerações Introdutórias sobre a Jurisdição dos Árbitros para Decidir sobre Convenções de Arbitragem Concorrentes, 209**

*Bryan Longo e Napoleão Casado Filho*

1. A merecida homenagem ao professor Carmona .....	209
2. Problema: convenções de arbitragem concorrentes e conflito de competência.....	209
3. Contexto: procedimentos paralelos, litispendência e reunião .....	211
4. Solução proposta: aplicação do Art. II da Convenção de Nova York pelos árbitros.....	216

## **XIII. A Arte de Ser um Bom Solucionador de Disputas: Conhecimentos Gerais, Habilidades Específicas ou Bom Senso?, 221**

*Caio Campello de Menezes*

1. Introdução .....	221
2. Habilidades de um bom solucionador de disputas .....	222
2.1. Identidade.....	222
2.2. Inovação.....	225
2.3. Senso investigativo.....	228
2.4. Os 5 “Cs”: competência, caráter, coragem, comprometimento e compaixão.....	231
2.5. Responsabilidade no processo decisório.....	233
2.6. Diligência e Ética.....	237
3. Conclusão .....	239

## **XIV. Arbitragem Coletiva, 241**

*Cândido Rangel Dinamarco*

1. Um tema novo no direito brasileiro .....	241
2. Dois institutos processuais em confronto.....	241
3. Ação civil pública e processo coletivo.....	242
4. Os pontos fundamentais do processo coletivo e do arbitral .....	243
5. O sistema da legalidade e o da liberdade das formas.....	244
6. A acentuada publicidade dos processos coletivos e a confidencialidade conveniente à arbitragem.....	246
7. A participação do Ministério Público nos processos coletivos – figura estranha ao processo arbitral.....	248

8. Duplo grau de jurisdição – um princípio incompatível com a arbitragem.....	249
9. Negócios jurídicos materiais (transação, renúncia etc.) .....	250
10. Negócios jurídicos de direito processual.....	251
11. Imparcialidade e dever de revelação .....	253
12. O árbitro, pessoa de confiança do signatário da convenção arbitral...255	
13. A necessidade de amadurecimento dos estudos e da edição de normas de conciliação entre o processo coletivo e o arbitral.....	255

## **XV. Arbitragem no Direito Público Brasileiro em Três Atos, 259**

*Carlos Ari Sundfeld e Yasser Gabriel*

Prólogo.....	259
Primeiro ato – Ausência de autorização normativa expressa e um caso paradigmático (1824-1996) .....	260
Segundo ato – Autorizações normativas específicas e muitas dúvidas (1997-2014).....	268
Terceiro ato – Autorização normativa ampla e novas dúvidas (após 2015).....	271
Epílogo .....	273
Referências .....	274

## **XVI. As Quatro Virtudes do Árbitro, 275**

*Carlos Eduardo Stefen Elias, Cristina Saiz Jabardo,  
Luciano de Souza Godoy e Vitor Vieira*

Introdução .....	275
1. Primeira virtude: Justiça.....	276
2. Segunda virtude: Sabedoria.....	285
3. Terceira virtude: Temperança .....	294
4. Quarta virtude: Coragem.....	300
Conclusão.....	306
Referências .....	307

## **XVII. Desconsideração da Personalidade Jurídica e os Limites Subjetivos da Convenção Arbitral, 311**

*Carolina Cavalcante Assumpção e Fernando Figueiredo Ponzini*

1. Introdução .....	311
2. Limites subjetivos da convenção arbitral.....	313



3. Desconsideração da personalidade jurídica .....	318
4. Instituto da desconsideração da personalidade jurídica na arbitragem .....	321
Referências Bibliográficas.....	326

### **XVIII. Persuasão Racional e Prova Documental na Arbitragem Brasileira, 329**

*Clarisse Frechiani Lara Leite*

1. Introdução: a sucinta disciplina do direito probatório na Lei de Arbitragem.....	329
2. O princípio do livre convencimento na arbitragem: valoração da prova com base em persuasão racional.....	331
3. Persuasão racional e regras de prova legal sobre valoração e admissibilidade da prova documental .....	335
4. Forma <i>vs.</i> prova dos atos jurídicos: documento <i>ad probationem</i> e documento <i>ad substantiam</i> .....	338
5. Em especial, <i>forma</i> de atos jurídicos na arbitragem .....	344
6. Eficácia probatória <i>ex lege</i> do documento público na arbitragem .....	350
7. Prova documental e persuasão racional na arbitragem .....	356
8. Bibliografia .....	359

### **XIX. Querer e Poder no Direito dos Contratos: As Chamadas Condições Potestativas, 363**

*Cristiano de Sousa Zanetti*

1. Introdução .....	363
2. Tripartição das condições.....	365
3. Falsa condição.....	373
4. Direito potestativo .....	375
5. Conclusão.....	382

### **XX. A Execução de Contratos Bilaterais que Possuem Cláusula Compromissória, 385**

*Denis Giamondo Gierse, José Augusto Bitencourt Machado Filho e José Fernando de Mendonça Gomes Neto*

1. Breves linhas sobre os contratos bilaterais e algumas peculiaridades em sua execução judicial .....	385
2. A execução de contratos bilaterais que contenham cláusula arbitral e os respectivos mecanismos de defesa.....	391

3. Limites da jurisdição estatal e arbitral.....	395
4. A ação de execução como artimanha do exequente.....	399
5. Conclusão .....	402

## **XXI. Princípios Processuais Gerais e Sistema Arbitral Brasileiro, 405**

*Eduardo de Albuquerque Parente*

I. O homenagemado Carlos Alberto Carmona.....	405
II. A teoria dos sistemas e a contextualização do tema .....	406
III. Juizados especiais cíveis como exemplo de produção de princípios processuais gerais .....	411
IV. A produção de princípios processuais gerais no sistema arbitral brasileiro.....	419
V. Princípios processuais gerais no sistema arbitral brasileiro .....	428
VI. Sísifo e o absurdo: a construção do sistema arbitral .....	440
VII. Bibliografia.....	442

## **XXII. A Contribuição da Jurisprudência Francesa à Construção Teórica da Arbitragem Internacional, 445**

*Eduardo Silva Romero*

1. Os axiomas da jurisprudência francesa sobre arbitragem internacional.....	452
2. O princípio e as regras da jurisprudência francesa sobre arbitragem internacional.....	460

## **XXIII. Audiência Remota de Instrução na Arbitragem, 469**

*Fabiane Verçosa*

I. Introdução .....	469
II. “The show must go on”: a audiência remota como mecanismo para o procedimento arbitral continuar sua trajetória.....	471
III. Os desafios e perplexidades impostos pela modalidade remota à audiência de instrução na arbitragem .....	478
IV. Conclusão .....	482
V. Bibliografia.....	483

## **XXIV. Ordem Pública e Sentença Arbitral Nacional, 485**

*Felipe Scripes Wladeck*

1. Considerações Iniciais.....	485
2. Ordem Pública.....	486
3. Ordem Pública Processual e Arbitragem .....	487
4. Ordem Pública Material e Arbitragem.....	490
5. Relativização da Coisa Julgada Arbitral.....	491
6. Ordem Pública e Sentença Arbitral Estrangeira.....	496
7. Considerações Finais .....	499

## **XXV. O “Árbitro Tributário”: Questões Práticas sobre o Árbitro na Arbitragem Tributária, 503**

*Fernando Freire Lula de Souza e Luis Sirota*

Introdução .....	503
1. Arbitragem tributária.....	505
2. Questões práticas sobre o árbitro na arbitragem tributária .....	508
2.1. Número de árbitros e mecanismo de composição do tribunal arbitral .....	508
2.2. Requisitos para o exercício da função de árbitro .....	512
2.3. Lista de árbitros .....	515
2.4. Indicações repetidas .....	519
Conclusão.....	522

## **XXVI. Tratamento de Dados Pessoais pelos Árbitros no Procedimento Arbitral Segundo as Leis Europeia e Brasileira sobre Proteção de Dados, 525**

*Flávia Bittar Neves e Danielle Farah Ziade*

1. Introdução .....	525
2. O tratamento de dados pessoais na arbitragem.....	526
2.1. O tratamento de dados pessoais pelo(s) árbitro(s).....	526
2.2. Hipóteses legais de proteção de dados pessoais segundo as Leis Europeia e Brasileira.....	529
2.2.1. O Consentimento.....	530
2.2.2. Execução de contrato .....	533
2.2.3. Interesses legítimos do controlador ou de terceiro .....	535
2.2.4. Exercício regular de direitos em processo arbitral .....	538

3. Medidas práticas e de cautela voltadas ao tratamento de dados na arbitragem .....	540
4. Conclusão .....	544

## **XXVII. A Possibilidade de Revisão Interna do Mérito da Sentença Arbitral por Expressa Convenção entre as Partes Contratantes, 545**

*Francisco Rüger Antunes Maciel Müssnich e Francisco Antunes Maciel Müssnich*

1. Introdução .....	545
2. As hipóteses legais de alteração e impugnação da sentença arbitral ....	547
3. O princípio da autonomia privada na arbitragem .....	552
4. A revisão interna do mérito da sentença arbitral por convenção entre as partes .....	555
5. Conclusão .....	563

## **XXVIII. Breves Notas sobre Arbitragem Coletiva e Escolha de Árbitros, 565**

*Gilberto Giusti*

## **XXIX. Critérios para Concessão de *Security for Costs*, 577**

*Giulia Dias Sobrosa Menescal Rocha*

1. Caracterização do <i>Security for Costs</i> .....	577
2. Poderes dos tribunais arbitrais para concessão de <i>Security for Costs</i> .....	578
3. Critérios para a concessão de <i>Security for Costs</i> .....	581
3.1. <i>Security for Costs</i> e arbitragens multipartes .....	584
3.2. <i>Security for Costs</i> e financiamento de terceiros .....	584
4. Conclusão .....	585

## **XXX. A Vinculação de Não Signatários à Convenção de Arbitragem: Uma Perspectiva Pragmática sobre os Valores em Jogo, 587**

*Guilherme Enrique Malosso Quintana e Gregory Terry Ubillús*

I. Um gargalo sistemático – má-fé e limites do sistema arbitral .....	587
II. A experiência brasileira na extensão da cláusula compromissória a não signatários .....	591
a. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça .....	593

b. O entendimento de tribunais estaduais .....	601
III. Conclusão – <i>better right than consistent?</i> .....	605

### **XXXI. Preclusão e Revelia na Arbitragem, 609**

*Guilherme Setoguti J. Pereira e Thiago Dias Delfino Cabral*

1. Introdução e delimitação do objeto deste artigo .....	609
2. Flexibilidade do procedimento arbitral .....	609
3. Aplicação do Código de Processo Civil? .....	613
4. A preclusão na arbitragem .....	615
5. A revelia na arbitragem .....	619
6. Conclusão .....	627
7. Bibliografia .....	628

### **XXXII. Reflexos da Proposta de Protocolo de Consolidação Interinstitucional do SIAC na Arbitragem Nacional, 631**

*Gustavo Gaspar Nogueira e Thabata Silva Rodrigues*

1. Introdução .....	631
2. Alternativas à consolidação de procedimentos arbitrais .....	632
2.1. Suspensão de um dos procedimentos arbitrais .....	632
2.2. Procedimentos paralelos com o mesmo tribunal arbitral.....	634
3. Vantagens e limitações da consolidação de procedimentos arbitrais ...	635
4. A proposta da SIAC de consolidação interinstitucional de procedimentos arbitrais .....	637
4.1. Primeira etapa: decisão sobre a consolidação .....	638
4.2. Segunda etapa: condução do procedimento consolidado .....	639
5. Análise dos regulamentos das instituições arbitrais brasileiras e sua compatibilidade com a proposta da SIAC .....	642
6. Conclusão .....	645

### **XXXIII. “I’m gonna make him an offer he can’t refuse”: A Oferta Selada, Ilustre Desconhecida da Prática Arbitral Brasileira, 647**

*Gustavo Santos Kulesza e Luíza Romanó Pedrosa*

1. Introdução .....	647
2. Parte I. Contornos teóricos do mecanismo da oferta selada.....	649

3. Parte II. Questões de ordem prática sobre o uso de ofertas seladas no Brasil .....	657
3.1. Quais regras disciplinam o uso da oferta selada? .....	657
3.2. Qual o conteúdo da oferta selada? .....	660
3.3. Como e quando apresentar a oferta selada ao tribunal? .....	662
4. Conclusão .....	664
Apêndice A.....	665
Modelo de Cláusula sobre Oferta Selada .....	665
Apêndice B.....	666
Modelo de Oferta Selada.....	666

**XXXIV. Escolha dos Árbitros e da Instituição Arbitral em Arbitragens Envolvendo a Administração Pública: Uma Análise à Luz das Leis nº 8.666/93, 13.303/2016 e 14.133/2021, 671**

*Heitor Vitor Mendonça Sica e Ana Olivia Antunes Haddad*

1. Introdução .....	671
2. O vínculo entre partes e árbitro .....	674
3. O vínculo entre partes e instituição arbitral .....	677
4. A escolha de árbitro a instituição arbitral à luz da Lei nº 8.666/93, da Lei de Licitações e da Lei das Estatais .....	678
5. Propostas de soluções.....	689
6. Conclusões.....	691

**XXXV. Testemunha na Arbitragem.**

**Tópicos dissonantes, 693**

*Hermes Marcelo Huck*

**JOSÉ AUGUSTO BITENCOURT MACHADO FILHO**  
**GUILHERME ENRIQUE MALOSSO QUINTANA**  
**GUSTAVO GONZALEZ RAMOS**  
**LUIS FELIPE FERREIRA BAQUEDANO**  
**DANIEL MENDES BIOZA**  
**PEDRO TEIXEIRA MENDES PARIZOTTO**  
*Organização*

# **ARBITRAGEM E PROCESSO**


**HOMENAGEM AO PROF. CARLOS ALBERTO CARMONA**

**VOLUME II**

DEDICATÓRIA: ROSANE MARQUES ROSADO CARMONA E LUNA MARQUES ROSADO CARMONA

PREFÁCIO: CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

ANDRE LUIS MONTEIRO	MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONIZZI
BRUNNO LUZ MOREIRA	MARCELO JUNQUEIRA INGLEZ DE SOUZA
BRUNO PELLEGRINI VENOSA	MARIA ISABEL GORI MONTES
CAROLINA DIAS TAVARES GUERREIRO	MARIANA FRANÇA GOUVEIA
CLARISSA LUZ	MATEUS AIMORÉ CARRETEIRO
FABIANA DE CERQUEIRA LEITE	NADIA DE ARAUJO
FLÁVIO LUIZ YARSELL	NATHALIA MAZZONETTO
GIOVANA BENETTI	PAULA A. FORGIONI
ISABELA LACRETA	PAULA COSTA E SILVA
ISABELLE OGLOUYAN DE CAMPOS	PAULO MACEDO GARCIA NETO
JOÃO PEDRO PINTO-FERREIRA	PEDRO TEIXEIRA MENDES PARIZOTTO
JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO	PIETRO WEBBER
JOSÉ-MIGUEL JÚDICE	RAFAEL ALVES
JOSÉ CARLOS BAPTISTA PUOLI	RAFAEL BRANCO XAVIER
JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES	RICARDO DE CARVALHO APRIGLIANO
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE	RICARDO RAMALHO ALMEIDA
JOSÉ VICTOR PALAZZI ZAKIA	ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
JUDITH MARTINS-COSTA	RODRIGO GARCIA DA FONSECA
JÚLIO CÉSAR BUENO	RÔMULO GREFF MARIANI
KAZUO WATANABE	SELMA FERREIRA LEMES
LUCAS ALVES EVARISTO DOS SANTOS	SERGIO NELSON MANNHEIMER
LUCIANO TIMM	SIDNEI AMENDOEIRA JR.
LUIS FELIPE FERREIRA BAQUEDANO	SÍLVIA RODRIGUES PACHIKOSKI
LUIS FERNANDO GUERRERO	SÍLVIO DE SALVO VENOSA
LUIS GUILHERME AIDAR BONDIOLI	VERA CECÍLIA MONTEIRO DE BARROS
LUIZA DE SOUSA BRAZ	VITOR LUZ MOREIRA

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, verão de 2022  
editoraquartier@uol.com.br  
 @editoraquartierlatin

**JOSÉ AUGUSTO BITENCOURT MACHADO FILHO, GUILHERME ENRIQUE MALOSSO QUINTANA, GUSTAVO GONZALEZ RAMOS, LUIS FELIPE FERREIRA BAQUEDANO, DANIEL MENDES BIOZA, PEDRO TEIXEIRA MENDES PARIZOTTO (ORG.)**

*Arbitragem e Processo*

*Homenagem ao Prof. Carlos Alberto Carmona – Volume II*

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-155-0

1. Processo Civil. 2. Arbitragem. I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Victor Guimarães

*Finalização*

Anderson dos Santos Pinto

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Rafael Nicolau

1227720

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone/Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

Instagram: @editoraquartierlatin

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).



## SUMÁRIO

**Dedicatória por Rosane Marques Rosado Carmona e**

**Luna Marques Rosado Carmona, 19**

**Prefácio por Cândido Rangel Dinamarco, 21**

**Apresentação, 23**

### **XXXVI. A Função Normativa do Árbitro, 25**

*Isabela Lacreta*

1. O árbitro como autoridade jurisdicional do sistema do direito transnacional....26
2. A necessária função normativa do árbitro para a criação da ordem pública transnacional..... 33

### **XXXVII. A Possibilidade de Renúncia Prévia à Ação Anulatória de Sentença Arbitral por Meio de Negócio Jurídico Processual, 39**

*Isabelle Oglouyan de Campos e Luiza de Sousa Braz*

1. Introdução ..... 39
2. O novo paradigma de flexibilidade do art. 190 do CPC/15 e os negócios jurídicos processuais..... 40
3. O art. 190 do CPC/15 como um “novo ingrediente” para a interpretação do art. 32 da Lei de Arbitragem ..... 44
4. Argumentos favoráveis ao cabimento do negócio jurídico processual na matéria prevista pelo art. 32 da Lei de Arbitragem ..... 46
5. Argumentos contrários ao cabimento do negócio jurídico processual na matéria prevista pelo art. 32 da Lei de Arbitragem ..... 52
6. Conclusão ..... 54

### **XXXVIII. Sobre o Art. 136-A da Lei de Sociedades Anônimas, 57**

*José Alexandre Tavares Guerreiro e Carolina Dias Tavares Guerreiro*

- Inconstitucionalidade e Ilegalidade – Inocorrência ..... 57
- Limites da Convenção de Arbitragem..... 57
- Especificidade da matéria sujeita à arbitragem estatutária do Art. 136-A.....60
- Igualdade dos Acionistas ..... 61
- A solução do art. 136-A. Unidade e Igualdade ..... 62

### **XXXIX. Execução, Processo Eletrônico e Inteligência Artificial, 65**

*José Carlos Baptista Puoli*

1. Introdução ..... 65
2. Processo de execução: “Calcanhar de Aquiles” da ciência processual..... 65
3. Execução e Processo Eletrônico ..... 67

3.1. A penhora “on line”: dos ofícios em papel ao CPC 2015 .....	68
4. Execução e inteligência artificial .....	70
5. Inteligência artificial, sistema de precedentes e solução consensual de conflitos .....	74
6. Conclusão .....	77
7. Bibliografia .....	77

## **XL. O Voto Dissidente como Paradoxo, 79**

*José-Miguel Júdice*

Se o mundo fosse perfeito.....	79
O mundo da resolução de litígio é imperfeito e contraditório .....	79
A contradição é o ADN da resolução de litígios.....	80
As discrepâncias entre árbitros são naturais e normais.....	81
O voto vencido é uma rara exceção no mundo real.....	82
As boas razões para um voto dissidente .....	84
As más razões para um voto dissidente.....	87
O voto dissidente deve ser admitido pelo sistema.....	89
O papel do presidente do tribunal num mundo arbitral mais perfeito do que se pensa.....	91
Conclusão .....	93

## **XLI. Os Cegos e o Remédio para Cachorro: A Natureza Jurídica da Arbitragem, 95**

*José Roberto de Castro Neves*

### **XLII. Sentença Arbitral: Limites Objetivos da Coisa Julgada, 107**

*José Roberto dos Santos Bedaque*

I. Introdução: a sentença arbitral .....	107
II. Eficácia da sentença arbitral e coisa julgada .....	107
III. Os elementos objetivos da ação – causa de pedir e pedido – e seu papel na identificação do objeto do processo .....	109
IV. Sentença e coisa julgada .....	113
V. Coisa julgada: finalidade.....	115
VI. Limites objetivos da sentença e da coisa julgada.....	117
VII. Coisa julgada: imutabilidade de efeitos, enquanto perdurarem as condições com base nas quais proferida a sentença .....	119
VIII. As premissas teóricas e a situação concreta.....	121

### **XLIII. Due Process Paranoia: Prevenir antes de Remediar, 127**

*José Victor Palazzi Zakia e Luis Felipe Ferreira Baquedano*

Introdução: a percepção dos sintomas.....	127
2. A patologia e a dificuldade no seu diagnóstico.....	129
3. As causas da due process paranoia .....	131

4. O tratamento da due process paranoia  
 5. Conclusão: patologia facilmente sanável em sistema saudável ..... 143

#### **XLIV. Deveres e Responsabilidade dos Árbitros: Entre o Status e o Contrato de Investidura, 145**

*Judith Martins-Costa, Giovana Benetti,  
 Rafael Branco Xavier e Pietro Webber*

Introdução .....	145
1. Os deveres dos árbitros em suas diferentes modalidades.....	150
1.1. Deveres principais, anexos e de proteção.....	151
1.2. As modalidades dos deveres: resultado e diligência.....	155
2. A responsabilidade dos árbitros .....	160
2.1. Pressupostos da responsabilidade civil.....	160
2.2. O regime de responsabilidade .....	169
Conclusão .....	176
Referências bibliográficas .....	176

#### **XLV. A Evolução dos *Dispute Boards* no Mundo e a sua Adoção no Brasil, 181**

*Júlio César Bueno*

1. A complexidade e os riscos inerentes a projetos complexos: <i>death, tax and cost overrun</i> .....	181
2. O desenvolvimento de <i>dispute boards</i> no mundo .....	183
3. As modalidades de <i>dispute boards</i> .....	187
4. A evolução do process de adoção dos <i>dispute boards</i> no Brasil.....	188
5. A esterilização de disputas como objeto principal dos <i>dispute boards</i> .....	194

#### **XLVI. Acesso à Ordem Jurídica Justa e Tratamento Adequado de Conflitos – Resolução 125 do CNJ, 197**

*Kazuo Watanabe*

I. Acesso à ordem jurídica justa .....	197
II. Sistema ampliado de justiça .....	201
III. Tratamento adequado dos conflitos.....	203
IV. Resolução 125/210 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tratamento adequado de conflitos .....	206
Bibliografia .....	208

#### **XLVII. Carmona: Entre o Exemplo Profissional, o Provocador Acadêmico e o Inovador das Disputas no Brasil, 209**

*Luciano Timm*

#### **XLVIII. Omissão na Sentença Arbitral, 213**

*Luis Guilherme Aidar Bondioli*

1. Apresentação.....	213
----------------------	-----

2. Omissão, sua caracterização e dois importantes <i>standards</i> legais .....	214
3. Considerações finais.....	222

### **XLIX. Regras da IBA vs. Regras de Praga: Desafios para a Instrução Processual na Arbitragem, 223**

*Mateus Amoré Carreteiro*

1. Uma merecida homenagem .....	223
2. Introdução .....	223
3. Regras da IBA e Regras de Praga: breves notas e comparação entre seus principais aspectos .....	226
3.1. Papel do tribunal na gestão do processo.....	228
3.2. Papel do árbitro na investigação dos fatos.....	230
3.3. Produção de documentos durante a arbitragem .....	232
3.4. Inferência adversa .....	234
3.5. Dispensa de testemunha .....	235
3.6. Nomeação de perito pelos árbitros.....	237
3.7. Ônus da prova e <i>iura novit curia</i> .....	238
3.8. Assistência dos árbitros em transações.....	239
4. Conclusão .....	239
Bibliografia .....	240

### **L. A Garantia da “Decisão Informada” na Adoção da Cláusula Compromissória de Arbitragem, 243**

*Marcelo José Magalhães Bonizzi*

1. Breve introdução ao tema .....	243
2. Direito à informação específica e a importância da “decisão informada” .....	246
2.1. Breves reflexões sobre as relações entre a garantia do contraditório e a cláusula compromissória.....	254
3. Sugestões para futura regulação do tema .....	255
4. A título de conclusão: ausência de informação e invalidade do ato .....	257

### **LI. O Princípio da Publicidade em Arbitragens com a Administração Pública, 259**

*Maria Isabel Gori Montes*

1. Sujeitos de deveres .....	261
1.1. Regramentos esparsos.....	262
1.2. Regulamentação pelas instituições arbitrais .....	264
1.3. Dever de publicidade para a Administração Pública direta e indireta .....	265
1.4. Um modelo ideal .....	267
2. O escopo da publicidade .....	269
3. A efetivação da publicidade .....	272
4. Considerações finais.....	274

### **LII. O Papel do Juiz no Código de Processo Civil Português: Cooperação e Gestão Processual, 275**

*Mariana França Gouveia e João Pedro Pinto-Ferreira*

1. Enquadramento do tema .....	275
2. Juiz hiperativo no processo civil brasileiro.....	276
3. Papel do juiz no processo civil português durante os séculos XIX e XX.....	278
4. Gestão processual no Regime Processual Civil Experimental.....	283
5. Gestão processual no Código de Processo Civil de 2013 .....	286
5.1. Cláusula geral de gestão processual.....	287
5.2. Flexibilização judicial da forma legal .....	288
5.3. Poderes do juiz quanto aos factos da causa.....	291
5.4. Poderes de iniciativa oficiosa no domínio da prova.....	293
5.5. Síntese conclusiva .....	295
6. Flexibilização voluntária do procedimento no Código de Processo Civil brasileiro de 2015 .....	296

### **LIII. O STJ e a Homologação de Sentenças Arbitrais Estrangeiras: Quinze Anos de Atuação, 299**

*Nadia de Araujo e Ricardo Ramalho Almeida*

Introdução .....	299
I. O STJ e a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras .....	300
II. Temas importantes decididos pelo STJ.....	304
a. A questão da fundamentação da sentença arbitral.....	305
b. O deferimento da tutela de urgência.....	307
c. Indeferimentos mais recentes .....	309
d. O caso ALSTOM v. MITSUI.....	314
Conclusão.....	315

### **LIV. DATA & ADR: Cenários e Potencialidades. Adequação como Resposta, 317**

*Nathalia Mazzone e Clarissa Luz*

I. Notas iniciais .....	317
II. O porquê da combinação .....	320
III. Noções introdutórias de Proteção de Dados: a Lei, conceitos e pilares. Outras referências a não se perder de vista .....	326
A. Bases legais autorizadas do tratamento.....	328
B. Direitos dos titulares de dados.....	330
3.1. As preocupações decorrentes e os possíveis conflitos .....	333
IV. O “palco” da resolução dos conflitos que se instauram neste universo: unicidade ou integração? As possibilidades conforme a demanda .....	337
4.1. A contribuição dos ADRs: as propostas internacionais para fins de paralelos de avaliação .....	337

4.2. Por que o consenso tem importante valor neste contexto? .....	338
4.3. Na falta do consenso, a Arbitragem e os Comitês Técnicos (DRB) como ferramentas potenciais e adequadas .....	339
V. Considerações finais .....	349
VI. Referências consultadas .....	350

## **LV. Arbitrabilidade da Pretensão Anulatória e dos Embargos à Execução. *Iurisdictio, Imperium, Reserva de Juiz e Monopólio da Força, 351***

*Paula Costa e Silva*

I. A Homenagem através da escolha do tema.....	351
II. Contencioso de invalidade da decisão arbitral: a ação de anulação .....	356
III. Contencioso de invalidade da decisão arbitral: os embargos à execução.....	359
IV. Conclusão que pouco tem de conclusivo já que estamos perante pisteis dia tou deiknynai.....	363

## **LVI. O Direito Empresarial e a Constituição Federal. Interpretação dos Negócios Empresariais a Favor da Livre Iniciativa e da Livre Concorrência, 365**

*Paula A. Forgioni*

1. Livre iniciativa .....	368
2. Livre concorrência .....	371
3. Liberdade de contratar .....	373
4. Princípios constitucionais moldando os contratos empresariais .....	376
5. Os contratos empresariais e a limitação voluntária das liberdades econômicas .....	377
6. Princípios constitucionais e seu reflexo sobre os contratos empresariais .....	379
7. Princípios constitucionais como regras de interpretação .....	380
8. Princípios constitucionais como regras gerais dos contratos empresariais.....	380
9. Ainda a questão dogmática: a força das regras gerais .....	381
10. Aplicação da regra de interpretação em favor das liberdades econômicas. Alguns exemplos concretos .....	382
10.1. A exclusividade .....	382
10.2. Vedação à concorrência na alienação de estabelecimento comercial [art. 1.147 do Código Civil] e cláusula de não concorrência [“non-competre”] contratada na alienação de controle de sociedade empresarial .....	383
10.2.1. Função econômica e tipologia das cláusulas de não concorrência.....	383
10.2.2. Trespasse de estabelecimento e alienação de controle .....	384

10.2.3. Trespasse de estabelecimento e alienação de controle: diferentes disciplinas de <i>non compete</i> . Limitação do âmbito de aplicação do art. 1.147 do Código Civil.....	386
10.2.4. A necessária interpretação restritiva das cláusulas de <i>non compete</i> .....	388
10.3. O direito de não contratar e de pôr fim à relação contratual.....	390
11. Conclusão.....	394

## **LVII. O Consentimento na Arbitragem e a sua Interpretação em Meio a Conflito de Normas e Culturas, 395**

*Paulo Macedo Garcia Neto, Fabiana de Cerqueira Leite e*

*Lucas Alves Evaristo dos Santos*

1. Introdução.....	395
2. A problemática do consentimento.....	397
3. A definição da lei aplicável à convenção de arbitragem.....	400
4. Tendências que impedem a efetiva existência do consentimento.....	406
5. Conclusão.....	408

## **LVIII. A Abrangência da Convenção de Arbitragem e a Abstração dos Títulos de Crédito: Lógicas Interpretativas Contrapostas, 409**

*Pedro Teixeira Mendes Parizotto*

1. Introdução: a interpretação extensiva de convenções de arbitragem.....	409
2. Os títulos de crédito e sua abstração.....	411
3. Delineamento do problema: entre a interpretação extensiva e a abstração.....	413
4. Jurisprudência internacional.....	415
4.1. Reino Unido.....	415
4.2. Hong Kong.....	416
4.2.1. Forex v. LKI.....	417
4.2.2. Airconditioning v. LKH.....	417
4.3. Singapura.....	418
4.3.1. Piallo v. Yafiro.....	418
4.3.2. Rals v. Cariparma.....	419
5. Análise sob o ordenamento pátrio.....	421

## **LIX. Flexibilidade do Procedimento Arbitral e Perda de Direitos: Decadência, Preclusão e Renúncia no Contexto da Arbitragem, 427**

*Rafael Alves*

1. Introdução: homenagem ao Professor Carmona.....	427
2. Nomeação de árbitro.....	429
3. Impugnação de árbitro.....	433

4. Defesa jurisdicional: jurisdição e competência dos árbitros.....	435
5. Defesas processuais baseadas na violação do devido processo legal .....	438
6. Conclusão .....	441

## **LX. Honorários de Sucumbência e Honorários Contratuais em Arbitragem, 443**

*Ricardo de Carvalho Aprigliano e Flávio Luiz Yarshell*

1. Introdução .....	443
2. A importância de combinação entre as Partes acerca dos honorários advocatícios .....	444
3. As arbitragens domésticas brasileiras não seguem e não devem seguir todos os parâmetros internacionais .....	447
4. Delimitação do tema: arbitragens domésticas, em que seja aplicado o direito brasileiro, com participação de advogadas e advogados brasileiros .....	450
5. O regime legal acerca dos honorários advocatícios no processo arbitral é inteiramente regulado fora da Lei de Arbitragem .....	451
6. A Lei de Arbitragem não é suficiente para regular o processo arbitral. Obrigatoriedade de recurso a outras fontes normativas.....	456
7. Segue. Dissolução de Sociedades e Apuração de Haveres: hipótese de aplicação obrigatória do CPC ao processo arbitral .....	461
8. Previsões legais sobre honorários sucumbenciais aplicáveis ao processo arbitral .....	462
8.1. Demandas em matéria locatícia .....	462
8.2. Demanda do Acionista Minoritário em face do Acionista Controlador (LSA, art. 246 § 2º).....	463
8.3. Arbitragem no âmbito da Administração Pública.....	465
9. Os honorários advocatícios sucumbenciais incidem sim no processo arbitral brasileiro .....	467
10. Conclusão .....	479
Referências Bibliográficas.....	480

## **LXI. O Papel das Instituições Arbitrais e a Solução de Litígios Envolvendo o Mercado de Capitais, 483**

*Roberto Teixeira da Costa*

Governança Corporativa X Arbitragem .....	485
Escopo de Atuação.....	485
Sigilo X Obrigação de <i>Disclosure</i> pelas Companhias .....	485
Impossibilidade de Recurso e Revisão de Decisões da Câmara do Mercado.....	486



## **LXII. A Internacionalização da Prática Arbitral na Experiência Brasileira. Ou do Sucesso do Vira-Lata, 491**

*Rodrigo Garcia da Fonseca*

1. Introdução .....	491
2. Arbitragem internacional e arbitragem doméstica no Brasil.....	492
3. As técnicas procedimentais internacionais e o seu uso no Brasil.....	497
4. O Sucesso do Vira-Lata.....	504

## **LXIII. Aplicação de Institutos do Processo Estatal à Arbitragem, 507**

*Rômulo Greff Mariani*

1. Introdução .....	507
2. Antes do processo: a cultura.....	508
3. Arbitragem, processo e sistema .....	513
4. Conclusão: um olhar (muito) restritivo a propósito da aplicação de institutos do processo estatal à arbitragem.....	518

## **LXIV. A Aplicação da Lei de Arbitragem e o Pedido de Esclarecimentos. Parecer Jurídico, 519**

*Selma Ferreira Lemes*

Introdução .....	520
I. Análise Conceitual .....	521
I.1. A Arbitragem Institucional .....	521
I.2. A Lei Aplicável à Arbitragem .....	524
I.3. Pedido de Esclarecimentos.....	531
II. O Caso Concreto Analisado .....	537
III. Respostas às questões formuladas.....	546

## **LXV. *Third-Party Funding* e Alocação de Custos na Arbitragem, 551**

*Sergio Nelson Mannheimer e Andre Luis Monteiro*

1. O homenagemo.....	551
2. <i>Third-party funding</i> e alocação de custos na arbitragem .....	552
2.1. Notas sobre a alocação de custos na arbitragem.....	552
2.2. Uma nota sobre o tratamento dos custos da arbitragem na Lei de Arbitragem brasileira .....	557
2.3. Uma nota sobre o tratamento dos custos da arbitragem nos regulamentos de arbitragem de instituições arbitrais estrangeiras e brasileiras.....	558
2.3.1. <i>International Chamber of Commerce</i> (ICC).....	558
2.3.2. <i>London Court of International Arbitration</i> (LCIA).....	561
2.3.3. <i>Singapore International Arbitration Centre</i> (SIAC) .....	563

2.3.4. Uncitral .....	564
2.3.5. Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) .....	565
2.3.6. Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp (Câmara Ciesp) .....	566
2.3.7. Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil (Camarb) .....	568
2.3.8. Centro Brasileiro de Medição e Arbitragem (CBMA) .....	568
3. Ressarcimento da <i>funded party</i> pelos custos da arbitragem pagos pelo <i>funder</i> .....	569
3.1. Premissa: nem a Lei de Arbitragem e nem os regulamentos de arbitragem regulam expressamente a matéria .....	569
3.2. Ressarcimento dos custos da arbitragem pagos pelo <i>funder</i> em caso de <i>third-party funding</i> oneroso .....	570
3.2.1. Análise da doutrina .....	570
3.2.2. Análise dos casos Kardassopoulos v. Georgia, RSM Production Corporation v. Grenada, e ATA Construction v. Kingdom of Jordan .....	572
3.2.3. Nossa posição .....	574
3.3. Ressarcimento dos custos da arbitragem pagos pelo <i>funder</i> em caso de <i>not-for-profit third-party funding</i> : análise do caso Quasar de Valores v. Rússia .....	579
4. Ressarcimento da <i>funded party</i> pelo percentual de retorno devido ao <i>funder</i> .....	582
4.1. Premissa: nem a Lei de Arbitragem e nem os regulamentos de arbitragem regulam expressamente a matéria .....	582
4.2. Análise da doutrina .....	582
4.3. Análise do caso Essar v. Norscot .....	596
4.4. Nossa posição .....	601
5. Conclusão .....	606

## LXVI. Precedentes na Arbitragem, 609

*Sidnei Amendoira Jr.*

1. Nota sobre o homenageado .....	609
2. A doutrina e o tema dos precedentes judiciais na arbitragem .....	610
3. Precedentes judiciais e o novo CPC .....	618
4. Precedentes judiciais e arbitragem .....	624
5. Precedente judicial e a sentença arbitral omissa .....	627
6. Nota conclusiva .....	633
7. Bibliografia .....	634

**LXVII. Negócio Jurídico Processual e Sistemas de Solução de Disputas: Quem controla o processo, as partes ou o julgador? Escolhas em matéria de provas e fundamentação, 637**

*Silvia Rodrigues Pachikoski, Luis Fernando Guerrero e  
Marcelo Junqueira Inglez de Souza*

1. Introdução .....	637
2. O Devido Processo Legal e a Autonomia da Vontade .....	638
2.1. Como os institutos se relacionam? .....	638
2.2. Escolha em matérias de prova e fundamentação – As Táticas de Guerrilha .....	640
2.3. <i>Due Process of Law Paranoia</i> – Quem controla o processo, as partes ou o julgador? .....	643
3. O Negócio Jurídico Processual e a Arbitragem .....	644
3.1. A evolução da Cláusula Compromissória no Direito Brasileiro .....	644
3.2. A rigidez do processo judicial vs. a flexibilidade do procedimento arbitral .....	646
3.3. O poder de decisão acerca da instrução probatória .....	647
4. O Negócio Jurídico Processual e o Processo Judicial .....	651
4.1. O advento do artigo 190 do Código de Processo Civil .....	651
4.2. A dificuldade em se acordar sobre o processo .....	653
4.3. O Procedimento Arbitral como incentivo ao Negócio Jurídico Processual .....	657
5. Conclusão .....	659
6. Bibliografia .....	660

**LXVIII. Juízes e Árbitros na Condução das Audiências: Uma Perspectiva Prática, 663**

*Silvio de Salvo Venosa e Bruno Pellegrini Venosa*

1. Arbitragem e provas .....	663
2. Primeiros contatos entre julgadores e advogados no processo judicial e no processo arbitral .....	664
3. A audiência de instrução no processo judicial e no processo arbitral .....	672
i. Diferentes concepções de audiência .....	672
ii. Perorações pelos advogados .....	676
iii. Oitiva de testemunhas e depoimentos pessoais das partes .....	678
iv. Oitiva de <i>experts</i> .....	684
4. Conclusão .....	686

**LXIX. O Consentimento na Arbitragem, 689***Vera Cecília Monteiro de Barros*

1. O Professor Carlos Alberto Carmona.....	689
2. A Cláusula Compromissória por escrito .....	690
3. O Consentimento como pedra angular da arbitragem .....	692
4. O Consentimento tácito .....	695
5. Análise dos Casos Varig e Imbra .....	700
5.1. O Caso Varig .....	700
5.2. O Caso Imbra .....	705
6. Conclusão .....	709

**LXX. Desafios da Arbitragem no Âmbito da Administração Pública, 711***Vitor Luz Moreira e Brunno Luz Moreira*

1. Introdução .....	711
2. Desafios da Arbitragem no Âmbito da Administração Pública .....	711
2.1. Princípio da publicidade e a confidencialidade.....	712
2.2. Escolha do árbitro e instituição arbitral .....	715
2.2.1. Compatibilidade com a motivação da escolha pela arbitragem .....	718
2.2.2. Certeza da execução do objeto licitado e previsibilidade do seu valor .....	721
2.2.3. Previsão exata do serviço a ser licitado .....	722
2.3. Custas arbitrais e condenação ao pagamento de obrigação pecuniária pelo Poder Público .....	722
3. Conclusão .....	726